
**UMA SEGUNDA LEGALIDADE POR JANGO: PORTO ALEGRE,
1º DE ABRIL DE 1964**

**A SECOND LEGALITY BY JANGO: PORTO ALEGRE, APRIL 1ST
OF 1964**

Luciano Aronne de Abreu
Doutor em História - PUCRS
Professor PPGH - PUCRS
luciano.abreu@pucrs.br

RESUMO: Entre os dias 1 e 3 de Abril de 1964, em Porto Alegre, Leonel Brizola liderou a chamada Segunda Campanha da Legalidade, movimento de resistência à deposição do Presidente João Goulart pelos militares. Tal movimento, conforme o discurso dos seus próprios líderes, tinha claramente por referência a Campanha da Legalidade de 1961, inclusive em suas estratégias de mobilização militar e popular, com a formação de uma Segunda Cadeia Radiofônica da Legalidade. Descrever e compreender este movimento, destacando suas possíveis relações políticas regionais e nacionais são os objetivos centrais deste estudo. Os jornais Correio do Povo, Diário de Notícias, Folha da Tarde e Última Hora, de Porto Alegre, se constituíram nas suas fontes de pesquisa.

PALAVRAS-CHAVES: Legalidade. Leonel Brizola. João Goulart. Ildo Meneghetti. Golpe Militar.

ABSTRACT: In 1964, between 1st and 3rd of April, Leonel Brizola lead the so called “Segunda Campanha da Legalidade” (Second Legality Campaign), the resistance movement against the deposition of President João Goulart by the military. This movement, according to its own leaders, had the “Campanha da Legalidade” (Legality Campaign) of 1961 as a reference, including its strategies to military and popular mobilization, creating the Segunda Cadeia da Legalidade (Second Legality Radio-Stations Network). The main objective of this study is to describe and understand this movement, pointing out its possible regional and national politics relations. The newspapers Correio do Povo, Diário de Notícias, Folha da Tarde and Última Hora, of Porto Alegre city, are the sources for this research.

KEY WORDS: Legality. Leonel Brizola. João Goulart. Ildo Meneghetti. Military State Coup.

Entre os dias 1 e 3 de Abril de 1964, a exemplo do que ocorrera em Agosto de 1961, Leonel Brizola tentou organizar o que se poderia chamar de Segunda Cadeia da Legalidade, mais uma vez com o objetivo de mobilizar a população brasileira à resistência contra as ameaças militares ao governo de João Goulart.¹ Dessa vez, porém, apesar dos poucos anos de

¹ Este estudo se constitui em resultado parcial de pesquisa do projeto intitulado “A Segunda Cadeia da Legalidade”, coordenado pelos professores Luciano Klockner (PUCRS), da Faculdade de Jornalismo, e Charles Monteiro (PUCRS), da Faculdade de História, financiado com recursos do Edital PRAIAS/PUCRS/2011. A Bacharel em Jornalismo e aluna do curso de História, Fernanda Caroline Torres, atuou neste projeto como pesquisadora e bolsista de iniciação científica, colaborando com a coleta e sistematização de dados para a escrita desse artigo.

diferença entre esses episódios, os tempos eram outros e este novo movimento liderado por Brizola não mais seria visto pela maioria da população como uma forma de defesa e garantia à ordem, representada agora justamente pelos militares e pelo governo por eles instituído no último dia de Março. Mas o que havia mudado nesse meio tempo?

Em síntese, sem que se tenha a pretensão de avançar nessa comparação, pode-se dizer que, em 1961, Goulart era o vice-presidente constitucional do Brasil, legalmente eleito pelo voto popular, reconhecido por sua proximidade com os movimentos operários e sindicais, mas também por sua prática política conciliadora com os demais segmentos da sociedade, o qual estaria sendo impedido pelos ministros militares, de forma arbitrária e ilegal, de assumir a presidência do país após a renúncia de Jânio Quadros. Já em 1964, ao contrário, como presidente no pleno exercício de suas funções, o governo Goulart não mais seria reconhecido por suas práticas conciliatórias, mas exatamente pela radicalização de suas propostas de reformas², sendo apoiado ou apoiando movimentos sociais que defendiam ou praticavam a subversão da ordem legal, como, por exemplo, as Ligas Camponesas - e a defesa da "reforma agrária na lei ou na marra" - e o movimento dos Sargentos - e a quebra da hierarquia e da disciplina militar.

A esse respeito, referindo-se à tentativa frustrada das esquerdas de repetir em 1964 o que haviam feito em 1961, Jorge Ferreira diz que naquele contexto (1961) as esquerdas e os grupos nacionalistas defenderam "não reformas econômicas e sociais, mas, sim, a ordem legal. O movimento, portanto, era defensivo. Os setores direitistas, por sua vez, ao pregarem abertamente o golpe de Estado e a alteração da Constituição pela força, perderam a legitimidade". Já em 1964, em suas palavras, "os sinais se inverteram", cabendo aos conservadores pregar que a Constituição era intocável, enquanto "as esquerdas, diversamente, pediam o fechamento do Congresso, a mudança da Constituição e questionavam os fundamentos da democracia liberal instituídos pela Carta de 1946" (FERREIRA, 2005: 366). Ainda segundo Ferreira, "inebriadas pela vitória de 1961, as esquerdas acreditaram que poderiam repeti-la em 1964", mas "não perceberam a importância e, sobretudo não consideraram, a questão democrática" (2005: 366).

Sobre essas questões, ainda que possam ser evidentes os vínculos entre os episódios de 1961 e de 1964, segundo destacaram seus próprios sujeitos e como admitem os próprios

² Dentre as chamadas Reformas de Base propostas por João Goulart, especialmente a partir de 1963, pode-se citar as reformas agrária, educacional, tributária, administrativa e urbana. A esse respeito, ver: VIANA, Cibília da Rocha. Reforma de Base e a Política Nacionalista de Desenvolvimento: de Getúlio a Jango. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-64). Rio de Janeiro: Revan, 2001.

estudiosos dessa temática, deve-se observar que são ainda poucos os estudos específicos sobre suas relações e a chamada inversão dos seus sinais, como acima referido. Nesse sentido, são pouco conhecidas as diversas tentativas de resistência oferecidas no país ao golpe militar de 1964, especialmente, no caso do Rio Grande do Sul, a tentativa de Leonel Brizola de organizar a Segunda Cadeia da Legalidade, como veremos adiante.

Breves notas historiográficas

Os primeiros meses de 1964 seriam marcados não apenas pela radicalização do debate político entre as chamadas esquerdas e os setores conservadores da sociedade brasileira, mas também, pode-se assim dizer, pelo caráter paradoxal de suas posições e das ações que seriam por eles adotadas naquele contexto. De um lado, apesar de se apresentarem como defensores da Legalidade contra o golpe que destituiria Jango da Presidência da República, poucos meses antes alguns grupos de esquerda não haviam hesitado em defender o fechamento do Congresso em nome da implantação das já citadas Reformas de Base. De outro lado, dizendo-se defensores da Democracia contra o comunismo e a radicalização política das esquerdas, os setores políticos e sociais conservadores não hesitariam em apoiar a deposição do Presidente e a implantação no país de um regime militar, de caráter autoritário.

Sobre esse contexto, embora não se tenha a pretensão de esgotar ou mesmo de aprofundar sua análise, deve-se aqui fazer alguns breves comentários a respeito das principais referências historiográficas existentes, ainda que esparsas, sobre os movimentos de resistência ao golpe militar e à Segunda Cadeia da Legalidade, em particular.

A esse respeito, em primeiro lugar, pode-se especular que o caráter esparso ou mesmo a ausência de referências da historiografia sobre a Segunda Legalidade deve-se, de um lado, à carência ainda hoje observada de estudos de história política regional sobre o período pós Era Vargas, e, de outro, à existência de uma visão hegemônica entre os historiadores de que o golpe militar teria ocorrido quase sem resistência da sociedade civil, tendo sido esta organizada de variadas formas, inclusive armada, somente após o Ato Institucional 5 (AI-5), de 1968, com o início da "ditadura escancarada", como diria Elio Gaspari.

No primeiro caso, sobre a carência de estudos de história regional, pode-se dizer que esta tenha resultado de uma concepção de história que, até meados dos anos 80, manifestava certa desconfiança em relação aos estudos do tempo presente, bem como de uma visão ainda corrente em nossa historiografia de que o Brasil pós-Vargas teria passado por um amplo

processo de centralização e nacionalização política, tornando assim os estudos políticos regionais de pouca relevância, por seu caráter quase reflexo do nacional³. Mais recentemente, porém, certamente influenciados pelas mudanças ocorridas no campo da História a partir dos anos 90, pode-se observar entre os historiadores uma nova valorização dos estudos locais e regionais⁴. Neste caso, por exemplo, ainda que se considerem as reduzidas dimensões e duração da Segunda Legalidade, e, nesse sentido, seu interesse secundário para a historiografia nacional, pode-se supor que a existência de estudos mais específicos a respeito desse episódio contribuiria, pelo mínimo, para uma melhor compreensão do jogo político regional de princípios dos anos 60, das relações e conflitos entre os setores conservadores, ligados ao então governador Ildo Meneghetti, e os trabalhistas, especialmente ligados a Leonel Brizola.

Já no caso da visão historiográfica sobre o golpe de 64, ainda que não sejam raras suas referências ao suicídio de Vargas (1954) e à campanha da Legalidade (1961), episódios que contaram com ampla mobilização da sociedade civil, como tendo contribuído para frustrar a tomada do poder pelos militares, as explicações para o seu efetivo e rápido sucesso em 64 estariam ligadas a fatores de mais curto prazo, como os debates em torno das Reformas de Base, o comício da Central do Brasil, o movimento dos Sargentos e a Marcha da Família, por exemplo, que seriam decorrentes da forte radicalização política observada nos últimos anos de governo de João Goulart⁵. Em outras palavras, pode-se talvez depreender dessa visão historiográfica a ideia de que o insucesso dos militares em 1954 e 1961 estaria ligado à forte mobilização e reação contrárias da sociedade civil; já em 1964, em sentido oposto, seriam justamente a reação favorável e a falta de uma resistência organizada desta mesma sociedade civil que teriam facilitado a eles a tomada do poder, considerando-se pouco relevantes as tentativas desse tipo então ocorridas em diferentes cidades e regiões do país, como a Segunda Cadeia da Legalidade, no Rio Grande do Sul.

³ A esse respeito, ver: GERTZ, René. Um Inventário Historiográfico. In José Luiz Werneck da Silva (org.). O Feixe e o Prisma: uma revisão do Estado Novo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991. CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo, Novas Histórias. In Marcos César Freitas (org.). Historiografia Brasileira em Perspectiva. São Paulo: Contexto, 2001. ABREU, Luciano Aronne de. Um Olhar Regional sobre o Estado Novo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

⁴ A esse respeito, ver: ABREU, Luciano Aronne de. Um Olhar Regional sobre o Estado Novo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

⁵ A esse respeito, ver: REIS, Daniel Aarão. *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). João Goulart: entre a memória e a história. Rio de Janeiro: FGV, 2006. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o Golpe de 1964: memória, história e historiografia. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, Revista Tempo, 2010. GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada: as ilusões armadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Dito isso, pode-se a seguir destacar e melhor compreender o sentido das esparsas referências historiográficas existentes sobre os movimentos de resistência ao golpe militar, especialmente a Segunda Cadeia da Legalidade. Mais uma vez, porém, deve-se esclarecer que também aqui não se tem a pretensão de esgotar ou mesmo de aprofundar esta análise, mas tão somente a de indicar alguns exemplos de referências mais diretas a estes episódios.

Quanto aos movimentos de resistência ao golpe, ainda que o autor não avance sua narrativa em relação a nenhum deles, pode-se destacar a síntese realizada por Jorge Ferreira em sua recente obra “João Goulart: uma biografia”, onde ele cita episódios ocorridos, por exemplo, em Vitória, Brasília, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Porto Alegre, promovidos pelas Ligas Camponesas, Ação Popular, CGT, Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais, e outros. Diz Ferreira:

Iniciativas de resistência ocorreram em vários pontos do país. Em Vitória de Santo Antão, em Pernambuco, militantes das Ligas Camponesas ocuparam a prefeitura, a delegacia, os correios e as estações de rádio, telefone e ferroviária, esperando as armas prometidas pelas lideranças. Militantes da AP foram para o interior da Bahia com o objetivo de interditar a rodovia que liga o Rio de Janeiro ao Nordeste, separando, desse modo, o Norte do Sul do país. Esperavam pela resistência de Arraes em Pernambuco e a de Brizola no Rio Grande do Sul. Mas suas esperanças foram frustradas pelos acontecimentos. (...) Em Brasília, um grupo de 35 comunistas decidiu resistir e, no dia 1 de abril, em uma fazenda próxima da capital, aprenderam a atirar com alguns revólveres. Quando se deram conta de que eram poucos, que estavam isolados e sem contato com o partido, desistiram de qualquer iniciativa de resistência. Em diversas cidades do país, o quadro se repetiu, com os comunistas à procura de armas e sendo procurados pela polícia. A Diretoria da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais reuniu-se rapidamente e aguardou as ordens para resistir. (...) O tempo passava e nenhuma ordem de resistência chegava à Associação. Resolveram agir por conta própria: controlaram o armamento nos quartéis, aproximaram-se dos oficiais legalistas e impediram que qualquer navio levantasse âncora. (...) Como Carlos Lacerda passasse a incentivar o movimento golpista pelas rádios e televisões, os fuzileiros resolveram constituir uma força para cercar o Palácio e prender o governador. (...) Os fuzileiros acreditavam que não encontrariam resistência. ‘Faltava só a ordem de João Goulart’, alega [Capitani]. Sem as ordens, resolveram ir para as ruas, prendendo camionetes de lacerdistas e resgatando sindicalistas presos pela polícia fiel a Lacerda. Protegeram também a rádio Mayrink Veiga, que apoiava o governo. (...) Goulart optou pela estratégia de, por telefone, tentar convencer os comandantes dos quatro Exércitos a manterem fidelidade ao governo (2011: 479-480).

A respeito de tais movimentos, além da evidente necessidade de contarem com o apoio e a ativa participação de João Goulart, pode-se ainda depreender dessa afirmação de Jorge Ferreira sua relativa dependência das reações de Miguel Arraes, em Pernambuco, e de Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul, sendo aquele o líder da vitoriosa Campanha da Legalidade (1961) e este o Estado natal e base política do então Presidente Goulart.

Nesse sentido, Ferreira se atém um pouco mais na narrativa dos acontecimentos de Porto Alegre, inclusive da tentativa de Brizola de “formar uma rede de rádio, reeditando a Rede da Legalidade” (2011: 488), sem, no entanto, utilizar-se da já referida expressão de uma Segunda Cadeia da Legalidade. Assim, de acordo com sua narrativa, Brizola teria contado com o apoio do general Ladário Telles, recém nomeado comandante do III Exército, para ocupar as emissoras de rádio de Porto Alegre e organizar grupos táticos de resistência militar ao golpe ora em curso contra Goulart. De um lado, pretendiam mobilizar o apoio popular à resistência e difundi-la para outras regiões do Estado e do país; de outro, unir a Brigada Militar e o III Exército na defesa armada do Presidente, tal como ocorrera em 1961. Dessa vez, porém, seja em termos de mobilização popular ou militar, o resultado das ações de Brizola e Ladário Telles seria pouco efetivo, permanecendo a maioria da população em atitude ordeira, e a Brigada Militar e o III Exército, respectivamente, fiéis ao governador gaúcho Ildo Meneghetti e ao então Ministro da Guerra, general Artur da Costa e Silva⁶.

Ora, embora Ferreira não se aprofunde na descrição e análise desses acontecimentos, o que teria mudado nesse meio tempo, em sua opinião, para explicar o sucesso da Legalidade, em 1961, e o fracasso da resistência ou da Segunda Campanha da Legalidade, em 1964? Segundo ele, as vitórias contra o golpe de 1961 e a favor do presidencialismo, no plebiscito de

⁶ Sobre esse contexto e a tentativa de resistência comandada por Leonel Brizola e Ladário Telles, Jorge Ferreira assim descreve o seu desfecho: “[Ladário Telles] lembrou das guarnições de Porto Alegre, São Leopoldo e Vacaria. Poderia também convocar, por decreto presidencial, a Brigada Militar. Dispondo de 20 mil armas e 6 milhões de cartuchos, além de 5 mil voluntários civis liderados por Brizola, Goulart ainda poderia mobilizar a opinião pública do país. Um dos generais presentes, profundamente contrariado, interveio: ‘Presidente, Presidente, por favor. Isso é uma loucura. Loucura, Ladário! O que vocês estão propondo é uma loucura. Militarmente a situação é muito grave. Faço um apelo a ti, Ladário, não podemos pensar de maneira nenhuma em guerra’. Ladário, porém, estava determinado a resistir. Brizola apoiou o general com veemência, sugerindo a Goulart que o nomeasse seu ministro da Guerra, a ele próprio ministro da Justiça, além de confirmar os ministros que o acompanharam até Porto Alegre nas pastas da Agricultura, do Trabalho e da Saúde, e que fosse para São Borja para aguardar os acontecimentos. Com o presidente em São Borja, Brizola e o general Ladário Telles ficariam à frente das operações militares e da mobilização civil. O comandante do III Exército, mais incisivo, utilizou um último argumento: ‘presidente, devo, finalmente, afirmar-lhe que minha mentalidade de soldado é de que enquanto se dispõe de um punhado de homens se resista, até esperar que a vitória se conquiste por milagre...’ Para Goulart, Ladário Telles acabara de admitir a impossibilidade de resistência” (FERREIRA, 2011: 507). Mais adiante, diz Ferreira em sua narrativa: “Goulart avaliou a situação militar, percebeu o risco praticamente certo de guerra civil e já possuía informações sobre as articulações norte-americanas no golpe. Não se tratava apenas de um movimento militar, mas, sim, de uma ampla coalizão civil-militar brasileira com o apoio de forças estrangeiras. O presidente, depois de pesar a disposição de forças, não aceitou a proposta de resistir” (2011: 508).

1963, levaram as esquerdas a “acreditar que bastava mobilizar a sociedade na luta pelas reformas para terem seu apoio e, desse modo, grande sucesso. Em 1964, [portanto], as esquerdas pensaram repetir agosto e setembro de 1961”. Naquele contexto, porém, no dizer de Ferreira, o movimento da Legalidade tinha um caráter “defensivo”, de manutenção da ordem jurídica e democrática em favor do direito de posse do vice-presidente, ao contrário da atitude golpista dos setores direitistas. Já em 1964, diz o autor, os sinais se inverteram. Em suas palavras:

O lema que pregava ser 'a Constituição intocável' passou a ser defendido pelos conservadores. Para impedirem as reformas, eles proferiam discursos de defesa da ordem legal. As esquerdas, diversamente, pediam o fechamento do congresso, a mudança da Constituição e questionavam os fundamentos da democracia liberal instituídos pela Carta de 1946. Inebriadas pelas vitórias de 1961 e de 1963, as esquerdas acreditaram que poderiam repeti-las em 1964. Não perceberam a importância da questão democrática para a sociedade brasileira. As esquerdas conseguiram mobilizar a sociedade em agosto/setembro de 1961 e janeiro de 1963, mas, em março de 1964, elas não encontraram apoio social para resistir ao golpe (FERREIRA, 2011: 514).

Em outros termos, portanto, pode-se dizer que nesse novo contexto as esquerdas seriam vistas como radicais por suas ações de mobilização popular e propostas de reformas de base, as quais representariam uma ameaça ou mesmo uma espécie de golpe contra a ordem político-institucional do país. Já os militares, por sua reação às mobilizações e reformas propostas pelas esquerdas, não seriam vistos como golpistas, mas exatamente como os defensores ou mantenedores da ordem constitucional e democrática, pelo que os movimentos de resistência e de apoio a Goulart, contra a tomada do poder pelos militares, como a Segunda Campanha da Legalidade, seriam fracassados.

Sobre estas tentativas de resistência, no entanto, especialmente em relação aos episódios ocorridos em Porto Alegre, deve-se observar que a descrição e narrativa de Jorge Ferreira pouco avançam em relação às de Marco Antônio Villa, em sua obra de caráter também biográfico intitulada “Jango: um perfil (1945-1964)”, não por coincidência publicada 40 anos após sua queda da presidência (2004). Neste caso, porém, Villa se atém mais à descrição que à interpretação dos acontecimentos, não sem certa ironia em algumas de suas referências. Ao se referir, por exemplo, à viagem de Jango para Porto Alegre, ocasião em que Ranieri Mazzilli assumiria a Presidência da República, o autor diz que ele “tinha partido de Brasília como presidente e aportado na capital gaúcha como ex-presidente da República: foi,

literalmente, deposto no ar” (VILLA, 2004: 226). Mais adiante, sobre o fim da resistência e a partida de Jango para São Borja, em tom igualmente irônico, Villa diz que “Jango tinha permanecido em Porto Alegre oito horas, quatro das quais dormindo” (2004: 229). Em sua interpretação, ao comparar os episódios de 1964 com a Legalidade de 1961, o autor se limita a afirmar que “a conjuntura [de 1964] era muito diferente de agosto de 1961: não só o entusiasmo não era o mesmo como também a situação nacional era radicalmente distinta e, principalmente, o espírito de Jango era outro” (VILLA, 2004: 227)⁷.

Ainda sobre estas questões, especificamente sobre a tentativa de Brizola de reeditar a Rede da Legalidade, em 1964, Flávio Tavares se posiciona de forma semelhante à de Marco Antônio Villa, sugerindo que a simples cópia do movimento original, noutro contexto, teria sido a causa de seu fracasso. Em suas palavras, diz que, em 1961, Brizola “triunfou sobre os fatos com um discernimento e capacidade de decisão que nunca tivera até ali e que nunca mais conseguiu praticar. Tentou exercitá-la, de novo, em 1 de abril de 1964, e outra vez foi decidido e ágil, disposto a tudo, a resistir e a vencer, mas estava apenas copiando o ato

⁷ Em suas palavras, Marco Antônio Villa assim narra os episódios ocorridos em Porto Alegre e a tentativa de resistência ao golpe militar: “Às 7h do dia 1º. Brizola foi ao encontro do general Ladário e pediu-lhe, e obteve, a requisição das estações de rádio e televisão para iniciar uma nova Rede da Legalidade. Várias unidades militares do interior já tinham aderido ao golpe, e as notícias que vinham do Rio e de Brasília não eram nada animadoras. O comandante do III Exército conversou às 16h, por telefone, com Jango. O ex-presidente disse que estaria à noite em Porto Alegre ou no máximo de madrugada. De noite, em frente à prefeitura, foi realizado um ato público. Brizola discursou da sacada, tendo a seu lado dona Neusa; falaram também Chaise e o deputado federal Paulo Mincaroni. Entre o povo havia várias faixas: ‘O povo exige reforma agrária radical’; ‘Armas para o povo’; ‘chegou a hora da revolução das reformas’. Mas a conjuntura era muito diferente de agosto de 1961: não só o entusiasmo não era o mesmo como também a situação nacional era radicalmente distinta e, principalmente, o espírito de Jango era outro. Esperava-se a chegada do presidente às 22:30h, porém o Avro só pousou às 3h58 do dia 2. Aguardavam-no, no aeroporto, Ladário, o brigadeiro Otelo Ferraz, Brizola, Chaise, vários deputados estaduais e dezenas de populares. Foi incentivado pelos presentes a defender seu mandato: ‘Presidente, reaja, presidente, vamos fazer a resistência’. Imediatamente Jango rumou para o QG do III Exército, na rua Cristóvão Colombo, número 3232, no bairro de Higienópolis, escoltado por tropas blindadas. Ao chegar, segundo Assis Brasil, trancou-se em um quarto com Brizola, tiveram uma séria altercação e o ex-governador gaúcho chegou até a chorar à negativa do cunhado de aceitar uma resistência armada. Exausto, depois de tantas horas de tensão, Jango descansou por quatro horas. Acordou e, no próprio quarto onde dormiu, reuniu-se com Ladário, Brizola e mais quatro generais. Todos os oficiais consideraram uma aventura, naquele momento, organizar uma resistência, com exceção do comandante do III Exército, que achava que dispunha de ‘meios suficientes para iniciar a resistência’. Brizola entrou na conversa e defendeu a nomeação de Ladário para o Ministério da Guerra e a dele próprio para a pasta da Justiça, pois Abelardo Jurema tinha sido preso no Rio. E insistiu: ‘Organize aqui o seu governo provisório. Vamos resistir’. Ladário, no mesmo tom, conclamou o presidente a não aceitar o golpe: ‘V. Exa. é um homem do povo, nossa resistência aqui levantará a opinião pública do resto do país. [...] Minha mentalidade de soldado é de que enquanto se dispõe de um punhado de homens se resista, até esperar que a vitória se conquiste por milagre’. Irredutível, Jango não aceitou a ‘gauchada’ do comandante do III Exército, no dizer de Assis Brasil: ‘Agradeço sua lealdade, general Ladário. Não desejo derramamento de sangue em defesa do meu mandato. Seguirei para algum lugar do país, onde aguardarei os acontecimentos. Não renunciarei, entretanto. Mandé tomar providências para me dirigir ao aeroporto. Caminhou até outro aposento e recebeu os jornalistas sorvendo um chimarrão. Disse que entre as razões do golpe estavam os decretos de encampação das refinarias, da reforma agrária e do tabelamento dos aluguéis. Sobre a posse de Mazzilli, considerou tudo ‘uma enorme farsa’: “estou em território nacional e estritamente dentro das atribuições constitucionais. Em tais circunstâncias, não houve abandono de cargo” (VILLA, 2004: 227-228).

original de dois anos e sete meses antes” (TAVARES, 2011: 217). Porém, ao contrário dos autores acima referidos, Tavares não faz qualquer tipo de descrição deste episódio, sendo este apenas um comentário isolado em sua obra, cuja temática central se refere ao contexto e às suas memórias sobre a Campanha da Legalidade de 1961.

Enfim, pode-se dizer que as poucas e esparsas referências historiográficas sobre a Segunda Cadeia da Legalidade não se encontram em obras específicas sobre o golpe e a ditadura militar ou mesmo nas que tratam da Campanha da Legalidade de 1961, mas estão basicamente inseridas nas também pouco numerosas narrativas histórico-biográficas sobre João Goulart⁸. A seguir, portanto, tem-se por objetivo justamente descrever e compreender melhor o sentido e o significado específicos da Segunda Campanha da Legalidade, o que pode contribuir para uma melhor compreensão das próprias tentativas de resistência ao golpe militar e, em termos regionais, das relações e conflitos políticos entre os setores conservadores e trabalhistas gaúchos, respectivamente ligados a Ildo Meneghetti e Leonel Brizola.

Segunda cadeia da Legalidade: breve narrativa

Os últimos dias do mês de Março de 1964 foram marcados pela extrema radicalização e o iminente rompimento das relações entre os setores políticos conservadores e de esquerda no Brasil, sendo estes últimos, aliados do presidente João Goulart, acusados de comunismo, de subversão da ordem social e institucional e de quebra da hierarquia militar, dados os últimos acontecimentos ligados ao Comício da Central do Brasil pelas Reformas de Base, à revolta dos marinheiros e ao discurso de Jango no Automóvel Clube do Rio de Janeiro, em comemoração ao aniversário da Associação dos Sargentos.

⁸ As referências historiográficas acima indicadas, como já esclarecido no próprio corpo desse texto, tiveram por objetivo apenas apontar a carência de estudos específicos sobre a Segunda Cadeia da Legalidade, limitando-se, portanto, a mencionar aquelas obras que se referiram diretamente a este episódio, ainda que de forma breve. Ainda assim, a respeito do golpe de 1964 e de suas motivações, deve-se indicar a existência de uma corrente de historiadores críticos ao que definem como “revisionismo” da historiografia sobre este período, por seu suposto conservadorismo político, falta de demonstração empírica e mesmo inconsistência teórica conceitual, confundindo golpismo com revolução, nas palavras de Demian Bezerra de Melo, ou golpismo com esquerdismo, como define Caio Navarro de Toledo. Dentre os estudos criticados por seu “revisionismo” incluem-se, por exemplo, os de Jorge Ferreira, Daniel Aarão Reis e Marco Antônio Villa. Sobre a crítica ao chamado “revisionismo historiográfico”, ver: MELO, Demian Bezerra de. *Considerações sobre o Revisionismo: notas de pesquisa sobre as tendências atuais da historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: UFF. Disponível em <http://www.uff.br/iacr/ArtigosPDF/79T.pdf>. TOLEDO, Caio Navarro de. *1964: Golpismo e Democracia. As Falácias do Revisionismo*. Crítica Marxista, n. 19. Campinas: UNICAMP, 2006. LAMEIRA, Rafael Fantinel; KONRAD, Diorge Alceno. *O golpe de 1964 no Brasil: problematizando discursos políticos e historiográficos*. Estudos Históricas. CDHRP, n. 1, maio 2009.

No dia 31 desse mês, antecipando o movimento que fora inicialmente previsto para o dia 4 de Abril, o general Olímpio Mourão Filho iniciou o deslocamento de suas tropas de Juiz de Fora para o Rio de Janeiro, desencadeando assim uma série de reações à ação dos militares, à direita e à esquerda do espectro político nacional. De um lado, em apoio ao movimento dos setores conservadores das Forças Armadas, podem-se citar os nomes dos governadores de Minas Gerais, Magalhães Pinto, do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda, e do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti. De outro, em apoio ao presidente Goulart, podem-se incluir os nomes do governador de Pernambuco, Miguel Arraes, do Deputado Federal Leonel Brizola, e do general Ladário Telles, comandante do III Exército, sediado no Rio Grande do Sul, que definiam o movimento dos militares como golpista. A esse respeito, ainda que a historiografia identifique certa indefinição e falta de coordenação nas ações de ambos os grupos, pode-se dizer que entre os primeiros havia ao menos o consenso de que era necessário por fim à chamada desordem do governo Goulart, enquanto os segundos estavam divididos quanto ao tipo e à sua capacidade de reação, estando limitados inclusive pela indefinição do próprio presidente de autorizar a resistência em seu nome.

Ainda assim, tal como fizera em 1961, Leonel Brizola tomou a frente da resistência ao golpe militar de modo “decidido e ágil”, como diria Flávio Tavares. Naquele mesmo dia, utilizando-se de estratégia semelhante àquela da vitoriosa Campanha da Legalidade (1961), Brizola fez um pronunciamento a todo o Estado do Rio Grande do Sul pelas rádios Gaúcha, Metrópole e Continental, acusando de golpe o movimento dos militares. Em suas palavras, dizia que “o governo de Minas e mais dois militares daquela guarnição lançaram manifesto pregando a mobilização golpista, direitista e reacionária, procurando levar o povo brasileiro à luta e ao derramamento de sangue”. A seguir, afirmou: “isso é uma ilegalidade, é contra a constituição” (UH, 01/04/64, p. 4).

Aí estava desenhada, pode-se assim dizer, sua estratégia de ação (ou reação), mais uma vez utilizando-se do rádio como principal arma de mobilização da opinião pública e das próprias forças armadas, Brigada Militar e III Exército, numa tentativa de empolgar uma Segunda Campanha da Legalidade em defesa da constituição. Nesse sentido, ainda segundo o jornal Última Hora, Brizola dizia que “se pretende fazer aqui aquilo que não se conseguiu em 1961”, mas que “nós e nossos companheiros da briosa Brigada Militar sairemos às ruas para defender nossos irmãos”. Sobre o “glorioso e invicto” III Exército, como Brizola a ele se referia, dizia que este “já deve nesta hora ter assumido sua posição contra o golpismo”,

concluindo que “o povo gaúcho, ao lado dos seus irmãos militares, sairá ao lado das conquistas democráticas” (UH, 01/04/64, p. 4).

Nesse contexto, porém, sendo o governador do Estado, Ildo Meneghetti, um dos principais líderes da oposição a Goulart, deve-se considerar os significativos limites por ele impostos à ação de Brizola que, como Deputado Federal, não dispunha de autonomia decisória ou de qualquer força militar sob seu comando, dependendo do apoio militar do já citado general Ladário Telles e político de Sereno Chaise, então prefeito de Porto Alegre e líder trabalhista gaúcho. De acordo com suas possibilidades, portanto, as ações de Brizola precisariam ser apoiadas e coordenadas com as de Telles e Chaise, cabendo ao primeiro requisitar o comando da Brigada Militar e das rádios e TVs do Estado, e ao segundo mobilizar o apoio popular a partir de tais meios de comunicação, especialmente do rádio, sendo a prefeitura de Porto Alegre “a nova sede da Legalidade”, cujas “portas permanecerão abertas até a crise ser superada e punidos os ‘gorilas’ que intranquilizam o país” (UH, 01/04/64, p. 9), como diria o prefeito.

No plano militar, em nome do governo federal, no dia 1 de Abril o general Ladário Telles entregou ao governador Meneghetti a requisição do comando da Brigada Militar e de todas as rádios e TVs do Estado, dizendo ainda que iria tomar “idênticas providências em relação aos serviços de produção e distribuição de combustíveis, essenciais às atividades de caráter público relevantes, como as do Estado, municípios e entidades paraestatais, hospitalares e de natureza semelhante” (CP, 02/04/64, p. 16). Segundo ele, o apoio da Brigada Militar seria essencial para manter a ordem em unidades sublevadas dos municípios de Uruguaiana, Bagé, Alegrete e Santa Maria, onde seu comando não era reconhecido (CP, 02/04/64, p. 16). A esse respeito, deve-se aqui observar os limites da própria autoridade de Ladário Telles em relação ao III Exército, que ele mesmo admitia não ser reconhecida pelas importantes unidades militares acima citadas. Assim, de modo paradoxal, o general pretendia empregar uma força estadual para submeter unidades militares federais que dizia serem rebeldes.

Porém, como já referido, nesse momento o Palácio Piratini e a Brigada Militar se colocaram em oposição a Brizola e Goulart, acusados por Meneghetti de subverterem a ordem e atentarem contra a democracia, em nome das quais o governador se negou a cumprir as requisições do general. Em suas palavras, em claro tom de confronto, disse ele: “Se ela [a Brigada Militar] quisesse ir que fosse, ou então viessem buscá-la” (CP, 02/04/64, p. 16). Tal decisão, com nítidas implicações políticas e militares, foi amparada juridicamente por parecer

do Procurador do Estado, Mário Mondino, que declarou ser esta requisição ilegal, devendo ser feita por decreto presidencial. De outro lado, embora garantisse que iria defender “a dignidade e a honra do Rio Grande do Sul”, Meneghetti dizia não possuir para isso os “meios materiais suficientes”, pelo que determinou a transferência da sede do governo do Estado para o município de Passo Fundo, no 3º Batalhão de Caçadores da Brigada Militar, para aliviar a tensão de Porto Alegre e retirar do Palácio Piratini sua condição de alvo⁹. Nesta ocasião, ainda antes de transferir seu governo para o interior, Meneghetti conclamou pelas rádios o “povo gaúcho” a se organizar em nome da democracia. Dizia ele: “Atenção Brasil, atenção Rio Grande! Rio-grandenses, brasileiros! Nesta hora trágica e, ao mesmo tempo, gloriosa que vive o nosso povo, dirijo-me a todos os Rio-grandenses para dizer-lhes que estou presente na luta que trava a nossa pátria pela sobrevivência da democracia e da liberdade. (...) Povo gaúcho! Organizai a resistência democrática” (CP, 02/04/64, p. 16).

Sobre as razões de Meneghetti para transferir a capital para Passo Fundo, ato que ficou conhecido como “Operação Farroupilha”, Murilo Zardo diz que o governador temia especialmente pela já citada requisição do III Exército de controlar a Brigada Militar e pelo risco de confronto e de uma possível invasão do Palácio Piratini por manifestantes populares aliados de Jango e Brizola. Além disso, ainda de acordo com Zardo, deve-se acrescentar que a escolha de Passo Fundo se deveu especialmente aos seguintes fatores: primeiro por sua proximidade com Santa Catarina, que tanto poderia facilitar a fuga quanto a vinda de reforço militar dos golpistas ao Rio Grande do Sul; segundo, pela presença de uma forte guarnição da Brigada Militar naquele município, que se manteve fiel ao governador; e, por fim, pelo apoio do prefeito municipal Mário Menegaz a Meneghetti e ao movimento dos militares.

Dito isso, deve-se observar que sobre a guerra de palavras e tentativas de mobilização militar acima referidas, o jornal Correio do Povo claramente se posicionaria contra o chamado movimento pela Legalidade, em nome da ordem. Em editorial, exaltando justamente o comportamento ordeiro da população, dizia que “o povo terá que se comportar por modo a que não mais sejam agravados os sofrimentos e restrições que de há muito o vem assaltando”. A seguir, ao justificar sua posição, afirmava que a população civil nada poderá fazer “em prol da decisão da contenda, por mais que esta diga respeito aos seus inalienáveis direitos e

⁹ A esse respeito, em pronunciamento radiofônico, o governador assim justificaria a transferência de seu governo para Passo Fundo: “Eu não poderia nesta hora fugir ao meu dever, sem que os atentados à autonomia do Estado do Rio Grande do Sul frente à ameaça clara e aberta de intervenção, cujo processo está em marcha, só tenho um caminho, de incorporar-me àqueles que em todo o Brasil lutam para restaurar a constituição e o direito, livrando a nossa pátria de uma agitação comunista! Poucas são as possibilidades de resistência na cidade de Porto Alegre, cujo bravo povo está ameaçado pelas forças da violência e da opressão” (FT, 01/04/64, p. 3).

interesses”, devendo se conduzir “com calma e ponderação, a fim de não arcar com dificuldades ainda piores. Assim vem procedendo, por felicidade, o povo gaúcho, tanto nesta capital, como no interior” (CP, 02/04/64, p. 4). Já o jornal Última Hora, ao contrário, destacaria em suas páginas exatamente a mobilização da população a favor da chamada Legalidade, dizendo que uma “multidão incalculável atendeu, ontem à noite, ao apelo lançado pela Rede Nacional da Legalidade, comparecendo em massa para participar do monumental comício organizado pelas forças populares” (UH, 02/04/64, p. 2). Nesse sentido, o jornal destacaria ainda a manifestação de Brizola conclamando os civis a se organizarem em corpos provisórios para lutar ao lado da Brigada Militar e do III Exército, bem como ordenando aos sargentos de Uruguaiana, Bagé, Santa Maria e das unidades militares de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Guanabara e Minas Gerais que “tomem conta dos quartéis e prendam os gorilas, golpistas e traidores” (UH, 02/04/64, p. 2).

Sobre tais mobilizações, deve-se lembrar que foram exatamente estas unidades referidas por Brizola as que mais fortemente se colocaram a favor da deposição de Goulart, inclusive não reconhecendo no Rio Grande do Sul o comando de Ladário Telles. Além disso, deve-se ainda observar que não houve em 1964 a formação de qualquer corpo provisório ou mesmo a distribuição de armas à população civil, tal como fizera Brizola na Campanha da Legalidade de 1961¹⁰. Por outro lado, ainda que esta Segunda Campanha da Legalidade tenha sido pouco extensa em sua duração e frustrada em suas intenções, a intensidade de suas manifestações e o apoio popular por ela mobilizado foram significativos. Tal situação, naquele contexto, era admitida até mesmo pelo general Cordeiro de Farias, líder do movimento militar, que dizia em manifesto aos seus camaradas do Exército e aos Rio-grandenses que o Estado gaúcho era o único foco de agitação do Brasil e Leonel Brizola seu principal “foco infeccioso”, um perigoso “agente subterrâneo”. Em suas palavras, dizia o general: “O que é preciso é cortar o foco infeccioso dirigido pelo conhecido agitador Leonel Brizola. A ação deve ser resolva e militar. Já tomamos as medidas preliminares para a manobra” (FT, 02/04/64, p. 2). Nesse mesmo sentido, falando diretamente de Passo Fundo, o governador Meneghetti destacaria a importância dos voluntários convocados entre a população local para a vitória contra os janguistas, formando o que ele chamou de “Exército da Libertação”. Segundo ele, o povo da região “atendeu ao nosso apelo. A convocação de voluntários para a luta mostrou que o gaúcho de hoje é o mesmo gaúcho da epopéia

¹⁰ A esse respeito, ver: MARKUN, Paulo. 1961: que as armas não falem. São Paulo: SENAC, 2011. TAVARES, Flávio. 1961: o golpe derrotado. Porto Alegre: L&PM, 2011.

farroupilha. Centenas de homens, especialmente de jovens, acorreram às nossas fileiras, formando assim o Exército da Libertação. Com isso, cumprimos o nosso dever” (CP, 03/04/64, p. 5). Naqueles dias, portanto, o Brasil e o Rio Grande do Sul, em particular, viveram sob um forte clima de tensão e insegurança, não sendo então evidente que o movimento militar em curso seria vitorioso num prazo tão curto e se estenderia por um tempo tão longo de nossa vida política¹¹.

No plano político, que não pode ser dissociado da tentativa de ação militar acima referida, destaca-se da estratégia de ação de Leonel Brizola a utilização do rádio como instrumento de mobilização popular, a exemplo do que já ocorrera com êxito em 1961. A esse respeito, porém, deve-se observar que tal estratégia não foi exclusividade do Rio Grande do Sul, nem mesmo dos partidários de Jango e Brizola. Segundo o jornal Folha da Tarde, várias cadeias radiofônicas foram formadas no Brasil, a favor e contra a chamada Legalidade. De um lado, por exemplo, pode-se citar no Estado da Guanabara a Cadeia da Legalidade, formada entre outras pelas rádios Nacional e Mayrink Veiga, que se constituiu numa espécie de fonte oficial de informação do governo federal. De outro lado, são exemplares as cadeias radiofônicas da Liberdade, em Minas Gerais, e Verde e Amarela, em São Paulo. A primeira se propunha a concitar o povo a se unir “àqueles que pretendem o restabelecimento total do clima democrático no país, com o afastamento de todos os comunistas dos postos chaves que ocupam, inclusive nas Forças Armadas”; já a segunda, embora não se mantivesse em caráter constante, se constituía “de espaços em espaços para a divulgação de manifestos e proclamações do governo de São Paulo e de Minas Gerais” (FT, 01/04/64, p. 2).

No Rio Grande do Sul, tentando evitar a possível reedição da Cadeia da Legalidade (1961), o próprio governador Ildo Meneghetti havia emitido no dia 31 de Março uma nota oficial comunicando a requisição do governo estadual de todas as rádios e TVs, antes mesmo que o general Ladário Telles, como já referido, lhe encaminhasse requisição semelhante. Em suas palavras, dizia o governador, ele pretendia “evitar pronunciamentos que perturbem a tranqüilidade reinante em nosso Estado” (DN, 01/04/64, capa). Ainda a esse respeito, embora dissesse que as estações de rádio haviam sido requisitadas “com o propósito de impedir que através delas viessem a semear-se os elementos do ódio e da discórdia”, o próprio governador admitia que algumas rádios haviam aderido à Cadeia da Legalidade, ou, em suas palavras,

¹¹ Sobre seus dias de governo em Passo Fundo e as principais medidas então tomadas pelo governador Ildo Meneghetti, ver: ZARDO, Murilo Erpen. *Operação Farroupilha: a transferência do governo estadual do Rio Grande do Sul para Passo Fundo durante os dias do golpe civil-militar de 1964*. Porto Alegre: UFRGS, 2010 (monografia).

havam sido “ocupadas pela força e entregues aos inimigos da democracia, que as estão utilizando para pregar a desordem, a indisciplina e a violação da Carta Constitucional” (CP, 02/04/64, p. 16). Estas seriam, por exemplo, as rádios Farroupilha, Gaúcha, Metrópole e Continental, por meio das quais Brizola conclamou os civis a se armarem e formarem corpos provisórios e Sereno Chaise os convocou a participar no dia 1 de Abril de um grande comício em frente à prefeitura de Porto Alegre.

Sobre tais chamamentos, a crer-se na descrição do jornal Última Hora, uma “multidão incalculável” compareceu ao referido comício, definido por Chaise como uma reedição do “glorioso movimento da Legalidade”, quando o povo “derrotou e baniu os inimigos da pátria e da democracia”, devendo agora se manter em vigília diante da prefeitura até que sejam “exterminadas as minorias reacionárias e sejam castigados pelos crimes que estão perpetrando contra o povo brasileiro” (UH, 02/04/64, p. 5). Em relação a estes mesmos acontecimentos, também por meio do Última Hora, o jornalista Mário de Almeida diria em sua coluna intitulada “Sem Censura” que, ao contrário do policiamento ostensivo do Palácio Piratini, a prefeitura estaria completamente livre ao acesso popular. Em suas palavras, diz que “o Paço Municipal assumiu, nesta madrugada, as mesmas características do Palácio Piratini, em agosto de 1961, quando o povo levou ao então governador Brizola o apoio à Legalidade” (UH, 01/04/64, p. 4).

Ainda a esse respeito, ao contrário, a crer-se nas opiniões irônicas de Sérgio Jockman e Felipe Monaiar, colunistas do Diário de Notícias, os partidários de Jango não tiveram qualquer êxito em suas ações de mobilização popular e foram covardes no enfrentamento com os militares. De sua parte, após criticar a lentidão do Piratini para impedir a tomada da rádio Farroupilha, Jockman diz que às 7 horas do dia 1 de Abril ela tinha um novo locutor, Leonel Brizola, cujo hobby era justamente requisitar e utilizar as rádios para os seus pronunciamentos. Segundo Jockman, “o homem tomou posse devidamente embaionetado, com aquele jeito que não pode ter sido Deus quem lhe deu e aquele ar de quem regressa ao lar paterno. (...) Acho que se um sujeito tem um ‘hobby’ tão violento, deve ser deixado sozinho, para que se divirta à vontade”. Mais adiante, referindo-se a Jango e Brizola e ao fim da chamada Segunda Legalidade, dizia que os cunhados “sempre revelaram uma extrema vocação para formar uma dupla rancheira”, mas que não tiveram a dignidade de dizer que a luta estava terminada, definindo-os como “um doido e um molenga, dois fujões que não mereciam nem ao menos um berro, quanto mais uma revolução” (DN, 05/04/64, p. 3). Por sua vez, Monaiar diz que os partidários de Jango são aqueles que “brilham ao microfone”, mas

que “não são de nada, não são de briga e não resgatam as dívidas de honra que assumem com ele [o povo]. (...) O matraquear de uma metralhadora afrouxa-lhes as pernas. A sua apregoadada autenticidade de líderes dilui-se ao primeiro sopro do vento prenunciador da borrasca”. Nesse sentido, sobre a vitória da revolução, como ele se refere ao movimento dos militares, Monaiar diz que foi “uma passeata de dia festivo”, mas que ainda é preciso trabalhar na reconstrução e consolidação dos alicerces da democracia no Brasil, que teriam sido minados por aqueles que “brilham ao microfone” (DN, 05/04/64, Segundo Caderno, p. 2).

De tais afirmações, antes de mais nada, deve-se relativizar seus juízos de valor e posições partidárias a favor ou contra a Segunda Campanha da Legalidade. Dito isso, ainda que neste momento se admitisse um relativo êxito de Brizola e Chaise em suas ações de mobilização popular, deve-se lembrar que este apoio foi muito difuso e pouco efetivo, não se estendendo às esferas institucionais, que oficialmente se posicionaram a favor da ordem representada pelo movimento dos militares. Na Câmara Municipal de Porto Alegre, por exemplo, a maioria dos presentes rejeitou a moção de apoio ao governo Jango proposta pelo vereador Alberto Schroeter (PTB). Além disso, o vereador Say Marques (PL) protestou também contra a apreensão da edição do dia 2 de Abril do jornal Diário de Notícias, que ele definiu como “um ato faccioso e ilegal de prepotência contra a liberdade de imprensa”, e contra as ameaças aos jornais Correio do Povo e Folha da Tarde. Sobre as rádios, disse que “uma autoridade facciosa tornou unilaterais” suas notícias e demais transmissões, no que foi apoiado por representantes de todas as bancadas (CP, 03/04/64, p. 3). Na Assembléia Legislativa, seu presidente, Solano Borges (ADP), convocou sessão extraordinária, sendo decidido que ela permaneceria em “sessão permanente acompanhando os acontecimentos que se desenrolam no país” (UH, 01/04/64, p. 4). No entanto, foram poucos os deputados que permaneceram em seu recinto, dirigindo-se a maioria para o Palácio Piratini ou para a Prefeitura, conforme suas posições a favor ou contra a chamada Legalidade.

Nesses termos, ainda mais se considerando os já referidos limites às ações de Brizola, Telles e Chaise, suas tentativas de mobilização popular e de resistência militar ou política à deposição de Jango viram-se logo frustradas, sendo essa nova edição da Campanha da Legalidade e de sua cadeia radiofônica encerradas no dia 3 de Abril, com o exílio dos seus principais líderes nos dias que se seguiram. Nessa data, conforme noticiou o Correio do Povo, o governador Meneghetti faria seu retorno a Porto Alegre, sendo prevista sua saída de Passo Fundo para as 8 horas da manhã. De acordo com seu Chefe da Casa Civil, Plínio Casado, o governador marcharia acompanhado “por um forte contingente de tropas da Brigada, Exército

e de voluntários, em ônibus requisitados a uma empresa de Passo Fundo¹². A ‘Marcha da Libertação’, sobre Porto Alegre, programada para enfrentar as tropas do III Exército, será transformada em ‘Marcha da Vitória’” (CP, 03/04/64, p. 5). De sua parte, portanto, apenas restaria ao prefeito Sereno Chaise falar em nome das forças janguistas para anunciar que à uma hora da tarde se desfazia a Cadeia da Legalidade e estava encerrada sua luta.

Por fim, o último ato dessa disputa se daria quando da chegada de Meneghetti a Porto Alegre, por volta das 6 horas da tarde daquele mesmo dia, quando todas as rádios se uniram em cadeia, a “Cadeia da Democracia”, como definiu o Correio do Povo, para transmitir o pronunciamento do governador ao povo gaúcho. Em sua fala, transmitida pelas rádios a todo Estado e em alto-falantes à multidão que se fazia presente na Praça da Matriz, Meneghetti disse que “o vosso governador não fugiu; o vosso governador não desejava ver o sangue correr entre os seus irmãos. Por isso afastou-se, em busca de recursos para a vitória. A democracia está restabelecida”. A seguir, concluiu exortando a população a voltar ao trabalho “na certeza de que as forças militares garantirão ao Rio Grande e ao Brasil a nossa liberdade” (CP, 04/04/64, capa).

Em síntese, pode-se dizer que a Segunda Cadeia da Legalidade de fato se constituiu numa tentativa significativa de resistência ao movimento militar de 1964, ainda que seus líderes tivessem uma limitada capacidade de articulação, seus objetivos se vissem logo frustrados e, portanto, sua duração fosse muito efêmera. Além disso, deve-se ainda observar que esta cadeia radiofônica não se limitou apenas ao Rio Grande do Sul, ainda que o Estado gaúcho se constituísse no seu principal pólo de transmissões e de resistência aos militares. Nesse sentido, apesar do quase silêncio da historiografia a esse respeito, pode-se supor que tais tentativas de resistência dos partidários janguistas não apenas existiram e tentaram se articular em diferentes regiões brasileiras, como também influíram na definição dos rumos da repressão que se seguiria à tomada do poder pelos militares, que não ocorreu como uma simples “passeata de dia festivo”, como definiu Felipe Monaiar. Mas analisar essa questão é outra história à espera de ser escrita, carecendo ainda de novos e mais específicos estudos sobre estes movimentos de resistência no Brasil e no Rio Grande do Sul, em particular.

¹² A caravana do governador Meneghetti em direção a Porto Alegre percorreu os seguintes municípios: Ernestina, Soledade, Barros Cassal, Venâncio Aires, Santa Cruz, Rio Pardo e Pantano Grande. Segundo noticiou o Correio do Povo, “manifestações de apoio foram prestadas durante todo o trajeto. E desde a ponte do Guaíba o povo acorre para saudar a ‘Marcha da Vitória’” (CP, 04/04/64, capa).

Referências bibliográficas

ABREU, Luciano Aronne de. *Um Olhar Regional sobre o Estado Novo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-64)*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Estado Novo, Novas Histórias*. In Marcos César Freitas (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001.

CHAISE, Sereno; KLOCKNER, Luciano. *O Diário Político de Sereno Chaise: 60 anos de história*. Porto Alegre: AGE, 2007.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Governo João Goulart e o Golpe de 1964: memória, história e historiografia*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, Revista Tempo, 2010.

_____; FERREIRA, Jorge. *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3.

FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. *O Imaginário Trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada: as ilusões armadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GERTZ, René. *Um Inventário Historiográfico*. In José Luiz Werneck da Silva (org.). *O Feixe e o Prisma: uma revisão do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

KLOCKNER, Luciano. *Segunda Cadeia da Legalidade: a resistência ao golpe militar de 1964 que não passou para a História*. Fortaleza: VII Encontro Nacional de História da Mídia, 2009. (Disponível em <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/7o-encontro-2009-1/Segunda%20Cadeia%20da%20Legalidade.pdf>)

LAMEIRA, Rafael Fantinel; KONRAD, Diorge Alceno. *O golpe de 1964 no Brasil: problematizando discursos políticos e historiográficos*. *Estudios Historicos*. CDHRP, n. 1, maio 2009.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo. *As Relações entre o Rural e o Urbano: um espaço conjunto e indissociável em Vitória de Santo Antão (PE)*. 2007.

MARKUN, Paulo. *1961: que as armas não falem*. São Paulo: SENAC, 2011.

MELO, Demian Bezerra de. *Considerações sobre o Revisionismo: notas de pesquisa sobre as tendências atuais da historiografia brasileira*”. Rio de Janeiro: UFF. Disponível em <http://www.uff.br/iacr/ArtigosPDF/79T.pdf>.

MENEGHETTI, Ênio. *Baile de Cobras: a verdadeira história de Ildo Meneghetti*. Porto Alegre: AGE, 2012.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

TAVARES, Flávio. *1961: o golpe derrotado*. Porto Alegre: L&PM, 2011.

TOLEDO, Caio Navarro de. *1964: Golpismo e Democracia. As Falácias do Revisionismo*. Crítica Marxista, n. 19. Campinas: UNICAMP, 2006.

VIANA, Cibelis da Rocha. *Reforma de Base e a Política Nacionalista de Desenvolvimento: de Getúlio a Jango*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

VILLA, Marco Antônio. *Jango: um perfil (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Globo, 2004.

ZARDO, Murilo Erpen. *Operação Farroupilha: a transferência do governo estadual do Rio Grande do Sul para Passo Fundo durante os dias do golpe civil-militar de 1964*. Porto Alegre: UFRGS, 2010 (monografia).

Fontes Documentais

Correio do Povo, Porto Alegre, 1964 (jornal).

Diário de Notícias, Porto Alegre, 1964 (jornal).

Folha da Tarde, Porto Alegre, 1964 (jornal).

Última Hora, Porto Alegre, 1964 (jornal).

ARTIGO ENVIADO EM: 06/03/2013
ACEITO PARA PUBLICAÇÃO EM: 22/05/2013